

Quem faz a manchete

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF*
*Jornalista



maure

A hidrelétrica de Tucuruí foi construída no Rio Tocantins, a cerca de 300 km ao sul de Belém, no estado do Pará, com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW. Em termos de potência, Tucuruí é uma das maiores do mundo e a segunda maior usina hidrelétrica 100% brasileira, ficando apenas atrás da usina de Belo Monte. Seu vertedouro, com capacidade para 110.000 m³/s, é o segundo maior do mundo. A construção foi iniciada em 24 de novembro de 1974.

A usina foi inaugurada em 22 de novembro de 1984, pelo presidente João Figueiredo, com capacidade de 4.000 MW, ampliados em meados de 2010 para 8.370 MW. A Eletronorte, responsável pela construção da usina, a primeira hidrelétrica em ambiente equatorial, providenciou todos os equipamentos necessários para uma grande cobertura de imprensa no momento da inauguração. Uma sala dedicada aos jornalistas foi instalada no meio da selva com vários aparelhos de telex, o equipamento mais moderno da época. Foi criado um pequeno hotel para os repórteres e fotógrafos, além do restaurante para matar a fome da rapaziada.

O assessor de imprensa Maurício Coelho, um dos profissionais mais qualificados que conheci nessa área, se esmerou. Preparou tudo para o grande momento da inauguração de Tucuruí, que, além do desafio da engenharia, esteve no meio de um debate profundo com os ambientalistas. O pessoal que era contra a construção da barragem dizia que ela inverteria o fluxo da água no Rio Tocantins, que Belém ficaria sem água potável e seus habitantes seriam obrigados a beber

água salgada. Além dos prejuízos que, possivelmente, seriam causados aos povos da floresta.

A discussão foi superada pela operação da usina, que se revelou um sucesso. Gerou a energia necessária para abastecer todo o país e, especialmente, os estados do Nordeste que, sem ela, enfrentariam momentos de escassez e longos períodos de racionamento. A inauguração de Tucuruí é, contudo, um exemplo para o desastre da política de comunicação do governo. O presidente Lula deveria se debruçar sobre o caso e pedir a seus ministros que estudem o ocorrido.

Em 1984, a política em Brasília estava efervescente por causa da rejeição da emenda do deputado Dante de Oliveira, deputado de Mato Grosso, que restabelecia a eleição direta para Presidência da República. A emenda recebeu 298 votos favoráveis, mas necessitava de 320 para ser aprovada. O governo conseguiu retirar do plenário 112 deputados. O governo ganhou, mas não levou porque seu candidato, Paulo Maluf, era rejeitado por boa parte dos próprios correligionários. A divisão era visível e, a partir daquele momento, a luta pelo poder passou a ser intensa.

O presidente Figueiredo chegou a Tucuruí no dia acertado e, durante a visita às instalações, deu de cara com um grupo de repórteres. Um deles avançou e perguntou: "Presidente, o que o senhor faria se estivesse em Brasília no momento de votação da emenda Dante de Oliveira?" A resposta foi simples e objetiva: "Votaria a favor. Sou favorável à eleição direta para presidente da República".

No dia seguinte, as manchetes de todos os

jornais eram no sentido de que Figueiredo apoiava as eleições diretas para a Presidência da República. Vários políticos repercutiram a surpreendente manifestação do general que comandava o país naquela época. Páginas e páginas foram dedicadas à sua inesperada versão democrática. A inauguração de Tucuruí foi mencionada em apenas três ou quatro linhas no fim das reportagens. Nenhuma palavra sobre a superação das dificuldades de construir uma hidrelétrica em área tropical. A questão política escondeu a realização da engenharia.

Quem redigiu aquela manchete foi o presidente da República, não foram os jornalistas. O assunto principal era que o presidente, oficial general de quatro estrelas, se mostrou favorável à eleição direta para presidente da República. Quando o presidente Lula se recusou a declarar apoio à Ucrânia na guerra contra a Rússia, ele escreveu a manchete dos jornais. Também quando ele diz que na Venezuela há eleições livres, ele auxilia o redator que vai montar a primeira página. A manchete é inescapável.

É claro que há um elevado grau de incompetência na comunicação do governo, porque ele dispõe de múltiplos níveis de comunicação e, não raro, um aponta para um lado e outro para o caminho reverso. O governo Lula lança um projeto por semana que, usualmente, é mal explicado e não alcança o público desejado. Ele não volta ao assunto e o prometido há alguns meses desaparece do noticiário. A política de comunicação é muito deficiente, sobretudo na área da saúde, mas a ação do chefe do governo, por vezes, provoca dificuldades quase insuperáveis. E escreve a principal manchete do dia.

Planejamento reprodutivo, um lema para os novos tempos

» ONEL ALEJANDRO GOITIA
Ginecologista atuante na área de reprodução humana

» ALVARO PIGATTO CESCHIN
Especialista em reprodução humana assistida e presidente da Associação Brasileira de Reprodução Assistida

Na medida em que avançamos 2024, muito se questiona se este será o ano em que faremos mudanças substanciais na saúde das mulheres, rumo à redução da lacuna de gênero, de modo que toda mulher seja tratada com o devido respeito e receba os cuidados de saúde essenciais. O ano de 2023 apresentou enormes desafios e motivos de preocupação, mas devemos esperar que 2024 seja diferente? Ao que parece, todos concordam que investir na saúde das mulheres é um passo fundamental para o desenvolvimento humano, mas a realidade continua dura para elas.

Atualmente, as mulheres representam 49,75% da população mundial, de acordo com as Nações Unidas (2023), mas suas necessidades de saúde continuam negligenciadas. Os esforços para cuidar das quase 4 bilhões de mulheres são enormes, e, em 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu seis prioridades para a saúde feminina na tentativa de superar os vários desafios que mulheres e meninas enfrentam para obter cuidados adequados.

A agenda incluía acesso à saúde sexual e reprodutiva de qualidade para todas, prevenção da violência contra as mulheres e prevenção de doenças não transmissíveis (DNT), como a obesidade. Ampliar a participação das mulheres em cargos de liderança, tanto na ciência quanto na saúde pública, também é um item importante na agenda e que ainda não foi cumprido.

A infertilidade e uma ampla gama de doenças, como endometriose, miomas e sintomas da menopausa, precisam urgentemente de atenção. Uma em cada seis pessoas enfrenta infertilidade, de acordo com o último relatório da OMS. O acesso ao diagnóstico e ao tratamento adequados permanece restrito a apenas algumas pessoas mesmo em países desenvolvidos. Barreiras financeiras e geográficas limitam o acesso a tratamentos avançados, como a fertilização in vitro (FIV), e podem aumentar ainda mais a lacuna de gênero, já que as mulheres tendem a carregar o fardo da infertilidade sozinhas.

A capacidade de criopreservar gametas e embriões resultou em importantes opções reprodutivas. Ela deu a indivíduos que enfrentam a possível perda da capacidade reprodutiva, como aqueles que recebem tratamento médico gonadotóxico devido a um câncer, a chance de ter filhos biologicamente relacionados no futuro. Embora o primeiro nascimento humano a partir de um ócito previamente congelado tenha ocorrido em 2011, técnicas laboratoriais como a vitrificação levaram a uma melhoria significativa na eficácia da criopreservação de oócitos (CO). Um número crescente de mulheres está buscando a CO planejada, além de um número crescente de médicos que acompanham essa demanda.

Além disso, a CO planejada amplia as opções reprodutivas para homens transgêneros, que enfrentam a perda de gametas femininos no processo de transição. Outro avanço é da criopreservação (congelamento) de espermatozoides quando há um desejo de postergar a gestação ou mesmo antes de realizar a vasectomia como método definitivo de contracepção.

É fundamental reconhecer e abordar as necessidades específicas de saúde reprodutiva das pessoas transgênero que, apesar dos avanços na medicina, ainda enfrentam dificuldades para acessar cuidados relacionados à fertilidade. Isso inclui questões como acesso a terapias hormonais adequadas, acompanhamento médico durante a transição de gênero e apoio durante processos de fertilidade.

Também é crucial que os sistemas de saúde ofereçam opções reprodutivas inclusivas, como a criopreservação de gametas, que podem permitir que homens trans mantenham a opção de ter filhos biológicos no futuro, mesmo após a transição de gênero. Outro aspecto crucial é a inclusão das necessidades únicas das pessoas transgênero em nossas discussões e políticas de saúde. Isso não apenas promoverá a equidade em saúde, mas também garante que todos tenham a oportunidade de construir suas famílias de maneira segura, eficaz e acessível.

Reforçamos e reiteramos a frase de Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS: "A grande proporção de pessoas afetadas mostra a necessidade de ampliar o acesso aos cuidados de fertilidade e garantir que esse problema não seja mais deixado de lado nas pesquisas e políticas de saúde para que as pessoas que desejam tenham formas seguras, eficazes e acessíveis de ter filhos".

A urgente necessidade de aumentar a resiliência cibernética do Brasil

» LUANA TAVARES E FÁBIO DINIZ
Fundadores do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime

Nos últimos anos, o Brasil e o mundo têm enfrentado desafios significativos no que diz respeito à segurança cibernética, com ataques frequentes que expõem a premente necessidade de construirmos uma cultura de segurança no ambiente digital. A recente violação ao sistema de pagamentos da União (Sistema Integrado de Administração Financeira — Siafi), cujas suspeitas indicam ter partido do roubo e uso indevido de credenciais de servidores públicos, resultou no desvio de R\$ 3,5 milhões em recursos da União, estimativa atual do governo, e é um dos casos que reforçam a importância de acelerar a implementação de uma política nacional de cibersegurança.

Essa política não deve apenas estabelecer normas e regulamentações robustas para proteger os sistemas nacionais, mas também garantir a construção de uma cultura nacional de proteção no ciberespaço e rápida atualização das estratégias de defesa em resposta às ameaças emergentes. A resiliência cibernética do Brasil no cenário digital depende da capacidade do país de proteger suas infraestruturas críticas e dados sensíveis, como os que foram utilizados nessa violação, contra invasores mal-intencionados.

Nesse contexto complexo, a atuação da sociedade civil organizada e dos setores produtivos é de extrema relevância e deve colaborar estreitamente com o Estado nas principais demandas e

preocupações dos cidadãos e dos mais diversos segmentos da economia. A principal colaboração, neste momento, deve se concentrar em garantir insumos ao desenvolvimento da Estratégia Nacional de Cibersegurança. Esse trabalho está sendo realizado pelo Comitê Nacional de Cibersegurança, sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Essa é uma prática que países como EUA, Reino Unido e, mais recentemente, Chile já implementaram e visa fornecer um panorama detalhado dos desafios e necessidades relacionados à segurança cibernética com olhar multissetorial e sistêmico, bem como prioridades e medidas para atendê-los. O objetivo é assegurar que esse documento seja um verdadeiro compromisso nacional abrangente e alinhado com as necessidades reais do país, tanto nos aspectos econômicos e de segurança quanto no aspecto social, uma vez que todos esses ataques têm influência direta sobre os cidadãos.

Além disso, a relevância do GSI e os investimentos realizados para o fortalecimento da ação da Polícia Federal são inquestionáveis. O GSI desempenha um papel crucial na coordenação das ações de defesa cibernética em nível nacional, enquanto a PF, com o trabalho imprescindível de investigação, necessita de recursos adicionais (e não de cortes) para expandir sua capacidade tecnológica e operacional. Investir na infraestrutura,

capacitação e ferramentas necessárias para essas instituições é essencial para que possam efetivamente educar, prevenir, identificar e responder a incidentes cibernéticos.

A proteção no espaço digital não é apenas uma questão tecnológica, mas, sim, de segurança aos ativos nacionais. O Brasil, ao fortalecer sua infraestrutura cibernética e criar políticas eficazes, não apenas aumenta a própria resiliência, mas também contribui para a estabilidade e a busca da segurança global no combate aos cibercriminosos. Portanto, é imperativo que haja um compromisso contínuo e reforçado do governo e de toda a sociedade para enfrentar esses desafios com a seriedade e urgência que eles requerem.

Ao considerar o futuro da cibersegurança no Brasil, é fundamental que todas as medidas sejam tomadas não apenas reativamente, mas, principalmente, proativamente. Se queremos vencer essa batalha, precisamos estar sempre um passo à frente dos criminosos cibernéticos, com políticas e práticas que se adaptam rapidamente às novas tecnologias e aos métodos de ataque. Para tanto, devemos atuar na construção de uma cultura nacional nesse tema, com a implementação efetiva de uma política de cibersegurança. Só assim, o Brasil poderá assegurar a integridade de sua infraestrutura crítica e a proteção de seus cidadãos no ambiente digital.